

30 OUT 1988

Regulamentação da nova Carta já tem projetos

Apesar do esvaziamento do Congresso após a promulgação da nova Constituição, mais de duas dezenas de projetos de lei regulamentando dispositivos

não auto-aplicáveis da Carta foram apresentados por deputados e senadores. O número, contudo, ainda é insignificante, se for considerado que existem mais de cem itens nessa condição. De qualquer maneira, a expectativa das mesas da Câmara e do Senado é de que só haja maior empenho por parte dos parlamentares após as eleições municipais — ou mesmo no próximo ano. Ainda em 1988 são remotas as chances de

ocorrerem votações, até porque os regimentos que disciplinarão os procedimentos em plenário e nas Comissões começam a ser elaborados agora.

Entre os projetos já apresentados, a maioria saiu da Câmara. No Senado, que é uma casa bem menor, foram elaborados até o momento apenas três propostas, de autoria dos senadores Ruy Bacelar e Marco Maciel. Os deputados Paulo Paim, Jorge Arbage e Francisco Amaral disputam a posição de recordista em apresentação de protestos. Os três concentraram esforços principalmente nos chamados direitos sociais.

AS PROPOSTAS

Maurílio Ferreira Lima	— Regula o rito processual do mandado de injunção
Paulo Paim	— Estabelece punições para qualquer tipo de discriminação — Regulamenta o problema da retenção de salários — Define os serviços e atividades essenciais, para os efeitos do direito de greve — Dispõe sobre a remuneração do serviço extraordinário — Dispõe sobre o salário-família — Dispõe sobre o trabalho noturno — Dispõe sobre a licença-paternidade — Dispõe sobre o registro das entidades sindicais — Dispõe sobre o trabalho do menor aprendiz — Estende a estabilidade do dirigente sindical ao representante eleito pelos empregados — Dispõe sobre a remuneração das férias do trabalhador — Dispõe sobre a participação do empregado nos lucros da empresa — Dispõe sobre o aviso prévio proporcional — Dispõe sobre o adicional de remuneração para as atividades penosas — Dispõe sobre o salário mínimo
Floriceno Paixão	— Dispõe sobre a participação do empregado nos lucros da empresa — Regulamenta a pensão de dependentes de funcionários públicos
Humberto Souto	— Regulamenta o artigo 238, que trata da venda e revenda de combustíveis
Jorge Arbage	— Regulamenta o habeas-data — Dispõe sobre a composição e autonomia do júri — Disciplina a liberdade de funcionamento das cooperativas — Disciplina a prestação alternativa de serviços pelos que se eximirem da obrigação legal, por motivo de convicção filosófica ou política — Pune a quebra de sigilo nas comunicações — Disciplina a livre locomoção no território nacional, podendo qualquer pessoa nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens — Estabelece normas processuais para desapropriação por necessidade ou por utilidade pública, mediante justa e prévia indenização em dinheiro — Regulamenta os incisos que tratam da proteção do culto e suas liturgias e da assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva
Francisco Amaral	— Determina o valor do salário mínimo — Dispõe sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas — Dispõe sobre a licença-paternidade — Veda a dispensa de empregado sindicalizado, em determinadas situações — Dispõe sobre a admissão de portadores de deficiência física na administração pública
Nelton Friedrich	— Dispõe sobre o salário mínimo
Ruy Bacelar	— Regulamenta o mandado de injunção — Regulamenta os dispositivos que garantem acesso ao ensino obrigatório e gratuito e obrigam o Poder Público a recensear os educandos no ensino fundamental e zelar pela frequência à escola
Marco Maciel	— Regulamenta a insenção de imposto de renda e proventos de qualquer natureza para pessoas com idade superior a 65 anos, cuja renda total seja constituída exclusivamente de rendimentos do trabalho, desde que pagos a título de aposentadoria ou pensão
Fernando Gasparian	— Dispõe sobre a regulamentação do sistema financeiro nacional
José Egreja	— Regulamenta o artigo 187, que trata da política agrícola